

COMUNICADO

Assembleia da Republica aprecia alteração à lei eleitoral autárquica

A Assembleia da Republica apreciou esta sexta-feira três projetos de lei sobre a alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL).

Foi referido pelo deputado João Vasconcelos (BE), que é evidente que esta alteração é um caso de democracia, que exige o princípio da igualdade e proporcionalidade. Opinião consolidada pela deputada Susana Amador (PS), que alertou para as desigualdades, para a pluralidade e qualidade da democracia. Pela mesma linha seguiu o deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) dizendo que é um caso de discriminação, questionando “*quem tem medo da democracia*”.

É claro nestas palavras, o mesmo sentimento que a AMAI tem transmitido da alteração da lei eleitoral autárquica ser de inteira justiça, e concordamos com o deputado Paulo Rios, do PPD/PSD que mencionou que este não é um tema menor, embora muito nos surpreenda que entenda ser “populismo, leviano e extemporâneo”. Afirmar que é oportunismo político e subserviência referindo o mail do presidente Rui Moreira, é menosprezar quase 4.000 cidadãos eleitos nas listas dos Grupos de Cidadãos Eleitores (GCE), incluindo 13 presidentes de camara e 342 presidentes de junta. Para além de reposição de justiça é cumprir o Art.º 13º da Constituição, o “princípio da Igualdade”, e não discriminar intencionalmente milhares de cidadãos das listas independentes (MI) em favor das listas partidárias.

Cumprir a Constituição e aprofundar a democracia é eliminar as iniquidades entre as candidaturas independentes e partidárias da não colocação dos logotipos MI nos boletins de voto, rever o número de assinaturas e poder substituir candidatos, ter o mesmo regime de IVA (ambos pagam ou nenhum paga), e sobretudo, eliminar as ambiguidades que permitem uma dúbia interpretação da lei pelos senhores juízes.

Todos preferem leis sem desigualdades e injustiças, pela liberdade e transparência, evitando o que se ouviu hoje na AR, de que não alterar a lei eleitoral autárquica é pretender deixar muitos cidadãos “fora de jogo”.

Grupos de Cidadãos Eleitores – Movimentos Autárquicos Independentes

Creemos acreditar que o bom senso vai prevalecer e que os Movimentos Independentes não serão alvo da luta partidária, que respeitamos, mas onde não nos pretendemos intrometer.

Os partidos são pilares da democracia e a AMAI, e os Movimentos Independentes, não pretendem viver sem eles, mas tão-somente ser um complemento, revelando a vontade popular que a Constituição nos permite, engrandecendo deste modo a democracia em Portugal.

Pe'l'A Direção Nacional da AMAI

Aurélio Ferreira
(Presidente)

Data: 21 de Outubro de 2016